

F. V. DE ARAUJO S.A. MADEIRAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
CNPJ 78.144.300/0001-31  
ATA DA SEXAGÉSIMA TERCEIRA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA  
DATA, HORA E LOCAL: Aos três dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, às dez horas, na sede social da Companhia, situada na Rua Amazonas de Souza Azevedo, 47, Bacacheri, em Curitiba, PR. CONVOCAÇÃO: Dispensada nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei 6.404/76. QUORUM: 100,00 % do capital votante, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. Esteve também presente o Contador da Companhia Sr. Renato José Ribeiro. MESA DE TRABALHO: Presidente, o Sr. Francisco Alberto Vieira de Araujo; Secretário, o Sr. Demétrios Lambros. ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES: 1) Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras: Com abstenção dos impedidos por Lei, foram aprovados o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, documentos esses publicados no Jornal Diário Indústria e Comércio, desta Capital, edição impressa do dia 27.03.2023 à página 19, e na edição digital do dia 27.03.2023 à página 05, com a dispensa da publicação do aviso a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 nos termos do seu parágrafo quarto. 2) Destinação do Resultado do Exercício: Foi aprovado por unanimidade dos votos que do Lucro do Exercício de R\$ 12.276.724,87, serão destinados R\$ 1.817.550,23 à conta de Prejuízos Acumulados, R\$ 522.958,73 à conta de Reserva Legal, R\$ 1.000.000,00 como distribuição de dividendos de acordo com o Estatuto, e R\$ 8.936.215,91 à conta de Lucros Acumulados. 3) Remuneração dos Administradores: Por unanimidade de votos foi fixada a remuneração global dos Diretores para o exercício de 2022 em até R\$ 1.000.000,00, a ser distribuída entre os mesmos por deliberação da Diretoria. Esgotada a ordem do dia, foi aprovada por unanimidade dos presentes a presente Ata em forma de Sumário. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente Ata que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da mesa e por todos os acionistas presentes. ASSINATURAS: Francisco Alberto Vieira de Araujo, Presidente; Demétrios Lambros, Secretário; Francisco Alberto Vieira de Araujo por Ava Administração de Bens Ltda, Ana Paula Vieira de Araujo Amedem por Ava Participações e Empreendimentos Ltda e por Faviaraju Participações Societárias S/A, Juliano Vieira de Araujo e Demétrios Lambros por Regina de Araujo Lambros. CERTIDÃO: Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada às folhas 129 frente e verso do Livro de Atas das Assembléias Gerais nº 01, registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o nº 13.723 de 26 de julho de 1958.

Curitiba, PR, 03 de abril de 2023.  
FRANCISCO ALBERTO VIEIRA DE ARAUJO  
PRESIDENTE  
DEMÉTRIOS LAMBROS  
SECRETÁRIO  
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ  
CERTIFICO O REGISTRO EM 04/04/2023 SOB O NÚMERO 20232321434  
LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA – SECRETÁRIO GERAL

ATAS - EDITAIS - BALANÇOS - SÚMULAS  
CONCORRÊNCIAS - TOMADAS DE PREÇOS  
AVISOS - COMUNICADOS E ANÚNCIOS.



Publicidade  
legal é  
coisa séria!

Consulte nossa equipe  
de Publicidade Legal:

Ligue 41 3333-9800  
publegal@induscom.com.br  
ou pl@induscom.com.br

# Faça suas publicações legais no DI&C.

## A transparência é total e a cobertura é perfeita.

Um jornal com a tradição de 46 anos de circulação, é muito mais adequado para suas publicações legais. **Atas, editais, balanços, seja o material que for, você pode contar com a agilidade e a frequência de nossas páginas.**

- TRADIÇÃO NA PUBLICIDADE LEGAL
- CLASSE EMPRESARIAL E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O DI&C
- 46 ANOS DE CREDIBILIDADE EDITORIAL
- EDIÇÕES IMPRESSAS DE 2ª À 6ª FEIRA
- PORTAL DE PUBLICAÇÕES NO SITE  
[www.diarioinduscom.com.br](http://www.diarioinduscom.com.br)

ENTRE EM CONTATO

(41) 3333-9800 ou E-MAIL [publegal@induscom.com.br](mailto:publegal@induscom.com.br)

DIÁRIO INDÚSTRIA & COMÉRCIO



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: [https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes\\_Legais](https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais)



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/66A0-DB78-81CE-1FBB> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 66A0-DB78-81CE-1FBB



### Hash do Documento

B47B6C6A608FFCE90DADB0797DEFF89B89237295514E133D3489E83E39597FA4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/04/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 14/04/2023 09:23 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30





# Elejor – Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A

Rua José de Alencar, 2021 - Juvevê, Curitiba - PR, 80040-070 - Telefone: (41) 3262-0106

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

### 1- MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Prezados Acionistas,  
A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., em conformidade com as disposições legais, apresenta seu Relatório da Administração e respectivas demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.  
Os primeiros dias do mês de janeiro de 2022, marcaram o reinício da geração de energia de maneira integral pelo CEFSO. A paralisação parcial das atividades foi necessária para realização das obras de recuperação do Túnel de Adução da UHE Fundão que se estendeu pelo período de agosto a dezembro de 2021.  
A recuperação do túnel exigiu esforços e a expertise das equipes de engenharia para conclusão exitosa dos trabalhos, desta que foi a maior obra de construção executada no complexo desde o início das atividades das usinas. Em 2022, percebeu-se um período tipicamente úmido, com volumes de chuva acima da média em todas as regiões do país, além de recordes na geração de energia gerada por fontes alternativas, caso da eólica e a solar, permitindo a recuperação dos reservatórios do SIN que demonstraram volumes de armazenamento bastante robustos, esse cenário deve-se manter durante o ano de 2023.  
Dada a grande disponibilidade das fontes de energia hidráulica, além do incremento de fontes alternativas como eólica e solar, concorreram para uma queda acentuada nos preços de comercialização de energia no ACL. Da mesma forma, no MRE percebeu-se que o Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) no subsistema Sul foi precificado em valores mínimos junto a CCEE.  
Em 2022, por motivação da nossa acionista majoritária, haja vista a necessidade de realocação do quadro de funcionários da Copel, iniciamos as tratativas para antecipação do término do contrato de Operação e Manutenção (O&M) do CEFSO, o qual era realizado entre partes relacionadas desde o início das atividades de geração das usinas. Em atendimento, a administração procedeu processo administrativo licitatório que resultou na contratação de um novo fornecedor para realização desta importante prestação de serviços, sem olvidar dos cuidados necessários para uma sucessão de forma organizada.  
A inflação medida pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, registrou um acumulado em 2022 na ordem de 5,45%, bem abaixo daquele índice demonstrado no biênio anterior. Este resultado, é importante para a companhia porque o IGP-M é utilizado para cálculo da atualização das parcelas do Uso do Bem Público (UBP), sendo um dos fatores relevantes na apuração dos resultados da companhia.  
Iniciamos 2023 com expectativas renovadas, na expectativa de crescimento nacional e por conseguinte um aumento na demanda de energia, além da estabilidade política necessária para a construção de marcos legais e regulatórios que deem previsibilidade nos investimentos realizados.

João Biral Junior  
Diretor Presidente

### 2. PERFIL DA COMPANHIA

A ELEJOR é uma SPE constituída para construir e explorar os aproveitamentos hidrelétricos do CEFSO formado pelas UHEs Santa Clara e Fundão e pelas PCHs Santa Clara I e Fundão I, com capacidade instalada total de 246,3 MW médios e GF total de 140,3 MW médios, situado no Rio Jordão, pertencente a sub-bacia do Rio Iguaçu, abrangendo os municípios de Foz do Jordão, Pinhão e Cândido no região centro-sul do Estado do Paraná.  
A Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas – UHEs despachadas centralizadamente no SIN, mediante a Portaria MME nº 178 de 3 de maio de 2017, e Portaria MME nº 709 de 30 de novembro de 2022, fez com que a GF do CEFSO que era de 140,3 MW médios, passasse a ser de 133,0 MW médios, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.  
O Uso do Bem Público (UBP) para a geração de energia elétrica é regulado pelo Contrato de Concessão de Geração nº 125/2001, celebrado com a União por intermédio da ANEEL em 25 de outubro de 2001, o qual tinha prazo de término previsto para outubro de 2036. Ainda, as autorizações para a exploração dos Potenciais Hidráulicos denominados PCH Fundão I e PCH Santa Clara I foram concedidas pelas Resoluções da ANEEL nº 757 e 753, respectivamente, de 18 de dezembro de 2002.  
Com a publicação das Leis nº 13.203/2015 e nº 14.052/2020, que dispuseram sobre a repactuação do risco hidrológico, o prazo original foi prorrogado para 10 de maio de 2040 no caso da UHE Santa Clara e 10 de junho de 2040 para UHE Fundão.

#### 2.1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social em 31 de dezembro de 2022, era composto por 60.300.000 ações ordinárias, todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503 mil, segundo consta no Artigo 5º do Estatuto Social aprovado na 77ª AGE de 20 de setembro de 2021, conforme demonstrado na Tabela 1.

Acionista	Ações Ordinárias	Valor - R\$ mil	Participação
Companhia Paranaense de Energia - Copel	42.209.920	24.852	70,00%
Paineira Participações e Empreendimentos Ltda	18.090.080	10.651	30,00%
<b>Total</b>	<b>60.300.000</b>	<b>35.503</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

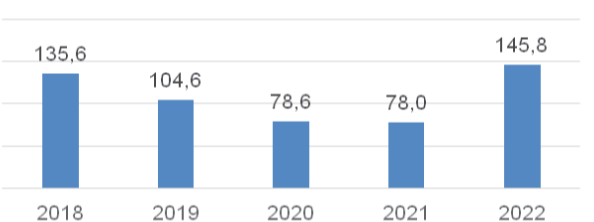
#### 2.2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança corporativa adotado pela Companhia é baseado em princípios de transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a definição clara dos papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da empresa.  
A ELEJOR é comprometida com o desenvolvimento sustentável, através do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais "stakeholders".

#### 3. DESEMPENHO OPERACIONAL

O Gráfico 1 demonstra a evolução da Energia Gerada medida em MW médios pelo CEFSO no último quinquênio.

### DESEMPENHO OPERACIONAL - MWm



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

#### Gráfico 1 – Desempenho Operacional - Energia Gerada em MW médios

Em 2022, a Energia Gerada totalizou 145,8 MW médios, contra um montante de 78,0 MW médios no ano imediatamente anterior, representando um crescimento de 86,8% na geração, sendo este o maior valor dos últimos 5 anos.  
A Tabela 2 demonstra a Potência Instalada, a Garantia Física e a Energia Gerada para cada uma das quatro unidades geradoras do CEFSO nos últimos 5 anos.

UNIDADES	POTÊNCIA INSTALADA	Garantia Física Original	ENERGIA – MW médios GERADA					Δ%
			2018	2019	2020	2021	2022	
UHE's								
Santa Clara	120,2	69,6	63,5	48,5	35,7	43,2	75,0	73,8%
Fundão	120,2	65,8	67,1	51,6	38,3	30,2	65,8	117,7%
Total	240,3	135,4	130,6	100,1	74,0	73,4	140,8	91,9%
PCH's								
Santa Clara	3,6	2,8	2,9	2,5	2,6	2,8	3,0	5,0%
Fundão	2,4	2,1	2,0	2,0	2,0	1,8	2,0	9,9%
Total	6,0	4,9	4,9	4,5	4,6	4,6	5,0	6,9%
<b>TOTAL CEFSO</b>	<b>246,3</b>	<b>140,3</b>	<b>135,6</b>	<b>104,6</b>	<b>78,6</b>	<b>78,0</b>	<b>145,8</b>	<b>86,8%</b>

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

#### Tabela 2 – Energia Gerada versus Garantia Física

A energia gerada em 2022 no montante de 145,8 MW médios, superou em 3,9% a GF originalmente estabelecida para o CEFSO que era de 140,3 MW médios.

#### 4. INVESTIMENTOS

A Tabela 3 demonstra os Investimentos realizados em Ativos Imobilizados no último exercício social.

Imobilizado	Valor em R\$ (mil)	Participação (%)
Reservatórios, barragens, adutoras	3.783	51,4%
Máquinas e equipamentos	2.946	40,0%
Terrenos	623	8,5%
Móveis e Utensílios	12	0,2%
<b>Totais</b>	<b>7.364</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

#### Tabela 3 – Distribuição de Investimentos

Em 2022, foram realizados investimentos no CEFSO que totalizaram R\$ 7.364 mil, com destaque para Reservatórios, barragens, adutoras e Máquinas e equipamentos que juntos representam 91,4% do incremento no imobilizado.

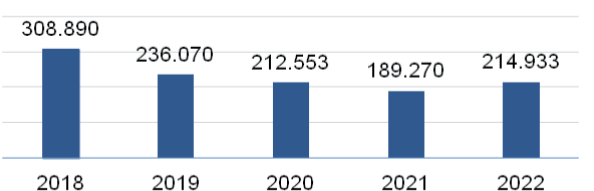
#### 5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A seguir, nossas análises do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

##### 5.1. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

O Gráfico 2 demonstra a evolução da Receita Operacional Bruta (ROB) no último quinquênio.

### RECEITA OPERACIONAL BRUTA R\$ mil



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

#### Gráfico 2 – Evolução da Receita Operacional Bruta

Em 2022, a ROB totalizou R\$ 214.933 mil, contra um montante de R\$ 189.270 mil no exercício imediatamente anterior, representando um crescimento de 13,6%, resultado das estratégias de venda através de CCVEE no ACL e da liquidação de energia descontratada no âmbito da CCEE.  
A Tabela 4 demonstra a evolução da ROB nos últimos 5 anos, por rubrica contábil.

RUBRICA	EXERCÍCIOS				
	2018	2019	2020	2021	2022
Venda de Energia UHEs Convencional	288.900	201.673	133.074	157.247	187.536
Venda de Energia PCHs Incentivada	7.550	7.335	10.504	11.113	12.103
Energia liquidada na CCEE	6.909	24.764	68.975	20.910	15.294
Receita Energia - MCP	5.531	1.798	-	-	-
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>308.890</b>	<b>236.070</b>	<b>212.553</b>	<b>189.270</b>	<b>214.933</b>

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

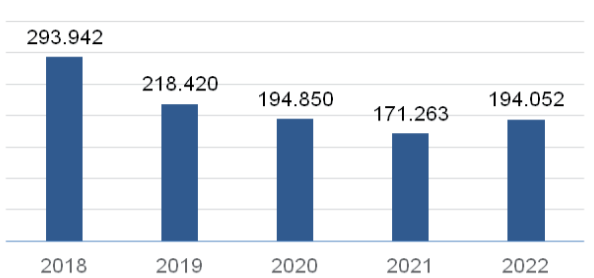
#### Tabela 4 – Receita Operacional Bruta

Em 2022, a Venda de Energia UHEs Convencional totalizou R\$ 187.536 mil (87,25%) do total, a Venda de Energia PCHs Incentivada somou R\$ 12.103 mil (5,63%) do montante, enquanto a Energia liquidada na CCEE aportou R\$ 15.294 mil, representando (7,12%).

##### 5.2. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

O Gráfico 3 demonstra a evolução da Receita Operacional Líquida (ROL) no último quinquênio.

### RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA R\$ mil



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

#### Gráfico 3 – Evolução da Receita Operacional Líquida

Em 2022, a ROL totalizou R\$ 194.052 mil, contra um montante de R\$ 171.263 mil no exercício anterior, demonstrando um crescimento de 13,3%.

A Tabela 5 demonstra a evolução da ROL nos últimos 5 anos, por rubrica contábil.

RUBRICA	EXERCÍCIOS				
	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	308.890	236.070	212.553	189.270	214.933
(-) Deduções da Receita Bruta	(14.948)	(17.649)	(17.702)	(19.007)	(20.881)
Contribuição para PIS	(2.138)	(2.755)	(2.817)	(2.914)	(3.393)
Contribuição para COFINS	(9.869)	(12.698)	(12.980)	(13.423)	(15.631)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.941)	(2.196)	(1.905)	(1.670)	(1.857)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>293.942</b>	<b>218.420</b>	<b>194.850</b>	<b>171.263</b>	<b>194.052</b>

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

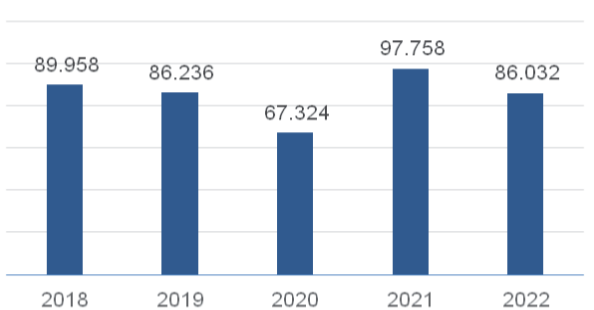
#### Tabela 5 – Receita Operacional Líquida

A ROL em 2022 atingiu R\$ 194.052 mil, resultado considerando a ROB após os abatimentos decorrentes dos encargos sociais e encargos setoriais que atingiram R\$ 20.881 mil.

##### 5.3. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

O Gráfico 4 demonstra a evolução dos Custos e Despesas Operacionais no último quinquênio.

### CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS R\$ mil



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

#### Gráfico 4 – Evolução dos Custos e Despesas Operacionais

Em 2022, os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 86.032 mil, contra R\$ 97.758 mil, uma queda de 12,0%, em relação ao exercício imediatamente anterior.

A Tabela 6 demonstra a distribuição dos Custos e Despesas Operacionais nos últimos 5 anos de acordo com as rubricas contábeis.

RUBRICA	EXERCÍCIOS				
	2018	2019	2020	2021	2022
Materiais	355	437	783	308	631
Serviços de Terceiros	11.586	9.510	11.657	11.108	16.732
Depreciação e amortização	25.414	27.741	27.753	30.605	30.473
Seguros	483	463	461	715	586
Compensação Financeira – CFURH	5.937	4.749	3.623	3.450	7.562
Taxa de Fiscalização – ANEEL	631	751	754	809	840
Encargos Uso Rede de Distribuição	12.808	14.180	15.463	21.516	23.425
Compra de Energia CCEE	521	1.826	1.909	23.978	60
Compra de Energia ML	17.561	18.569	-	-	-
Prêmio do Risco Hidrológico	9.098	3.033	-	-	-
Repactuação do Risco Hidrológico	-	-	-	-	-
Pessoal	1.991	2.140	2.342	2.584	2.863
Administradores	1.872	1.962	1.916	2.102	2.127
Arrendamento e Aluguéis	230	92	67	81	111
Tributos federais e municipais	980	329	74	82	99
Provisões para litígios	-	-	-	-	-
Doações, Contribuições e Subvenções	8	-	-	-	-
Outros custos e despesas	483	454	522	420	523
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>89.958</b>	<b>86.236</b>	<b>67.324</b>	<b>97.758</b>	<b>86.032</b>

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

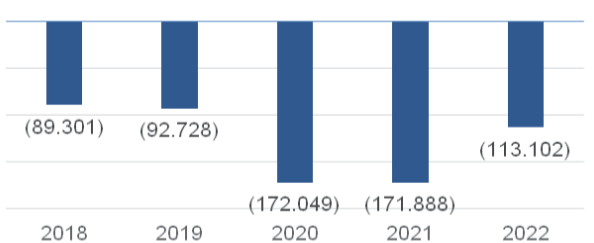
#### Tabela 6 – Custos e Despesas Operacionais

A rubrica mais significativa na redução de custos e despesas advém da Compra de Energia CCEE, isto porque os montantes de energia descontratada no âmbito na Câmara foram suficientes para fazer frente aos impactos do GSF.

##### 5.4. RESULTADO FINANCEIRO

O Gráfico 5 demonstra a evolução do Resultado Financeiro no último quinquênio.

### RESULTADO FINANCEIRO R\$ mil



Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

#### Gráfico 5 – Resultado Financeiro

Em 2022, o Resultado Financeiro produto das receitas financeiras subtraída das despesas financeiras resultou em R\$ 113.102 mil, contra R\$ 171.888 mil do exercício anterior, uma melhoria de 34,2%.

A Tabela 7 demonstra a distribuição das Receitas e Despesas Financeiras últimos 5 anos.

RUBRICA	EXERCÍCIOS				
	2018	2019	2020	2021	2022
(=) RESULTADOS FINANCEIRO	(89.301)	(92.728)	(172.049)	(171.888)	(113.102)
Receitas financeiras	1.750	2.391	12.891	14.119	19.069
Rendidas de aplicações financeiras	1.704	2.159	1.083	5.723	18.482
Juros e correções de tributos	-	-	-	60	441
COFE Encargos de liquidação	-	227	11.880	8.328	100
Outras receitas	46.000	5	128	8	46
Despesas financeiras	(91.051)	(95.119)	(184.940)	(186.007)	(132.171)
Juros e encargos – debêntures	(1.002)	-	-	-	-
Encargos da concessão - UB - Pgo	(61.305)	(67.086)	(184.864)	(83.244)	(102.527)
Encargos da concessão - UB - AVP	(28.572)	(27.625)	(76)	(102.717)	(29.588)
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	(76)	(17)	-	-	(1)
Juros e correções - P & D	(96)	(39)	-	(31)	(6)
Encargos moratórios	-	(318)	-	-	-
AVP de Arrendamento – Edificações	-	-	-	-	(14)
Juros Incorridos - Direito de Uso	-	(34)	-	(15)	-
Outras despesas financeiras	-	-	-	-	(35)

Fonte: ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão

#### Tabela 7 – Resultado Financeiro

As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 19.069 mil, com destaque para as Rendidas de aplicações financeiras que decorrem dos recursos excedentes investidos em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, os quais são contratados com instituições bancárias federais em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica: alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração atrelada à variação do CDI.  
Enquanto as Despesas Financeiras somaram R\$ 132.171 mil, com ênfase para os Encargos da concessão decorrentes dos pagamentos e da variação monetária ajustada a valor presente do UB.

usinas e duas pequenas centrais hidrelétricas do complexo, que após o uso é integralmente devolvida ao curso do rio. Desta forma, o único insumo potencialmente poluente são os combustíveis fósseis utilizados na produção auxiliar, os quais sofrem rígido controle de manejo de maneira a não causarem poluição ao meio ambiente.

A companhia elaborou seu Plano de Segurança de Barragens que é um instrumento de planejamento e segurança conforme estabelecido na Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), preconizado pela Lei 12.334/2010. Ainda, a empresa elaborou seu Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial - PACUERA, de forma a disciplinar a ocupação e o uso adequado das áreas circunvizinhas ao complexo.

**9. PESQUISA E INOVAÇÃO (P&D)**  
Conforme legislação, as concessionárias e permissionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua Receita Operacional Líquida - ROL para projetos de P&D.

Em 2022, a Elejor aplicou R\$ 1.934 mil em 2 (dois) projetos de (P&D).

**10. ÁREA JURÍDICA**  
A área jurídica da companhia é responsável, dentre outros segmentos, pelos processos administrativos de contratação, formalizados mediante licitações ou contratações diretas, cuja base legal é a Lei 13.303/2016 - Lei das Estatais, bem como o Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) e Norma Interna de Compras (NIC/

DIR/001/2018). A respeito, permanece em destaque as aquisições de compras e serviços realizadas por meio do pregão eletrônico, que manteve sua efetividade no ano de 2022, conciliando a agilidade da tramitação com o aumento da competitividade e a otimização das etapas.

Em 2022, o processo administrativo de contratação em destaque foi o lançamento de certame para contratação de nova operadora para o Complexo Energético Fundão Santa Clara, em substituição à Copel Geração e Transmissão, responsável por esse serviço há quase 16 anos. O procedimento licitatório, lançado nos moldes da Lei das Estatais, se deu sem impugnações ou recursos, e inovou com a inserção da visita técnica ao Centro de Operação e Geração (COG) da proponente mais bem classificada, como etapa final de habilitação. A evolução dos serviços e a transição de operadoras foi realizada exitosamente e de forma gradativa, cujo término final do contrato havido com a Copel GeT ocorrerá em março de 2023.

Por fim, no que concerne ao controle de contingências da empresa, não houve alterações que importem em registro, mantendo um escorço baixo de demandas judiciais, sendo elas, notadamente, aquelas que implicam na regularização fundiária da empresa.

**11. RECURSOS HUMANOS**  
A companhia encerrou o exercício social de 2022, contando com 17 colaboradores, sendo 7 empregados públicos concursados, 2 diretores executivos estatutários, 5 fun-

cionários terceirizados e 3 estagiários. A empresa apoia o desenvolvimento profissional de seus empregados, para isso utiliza-se de benefícios como o auxílio educação, previsto no acordo coletivo de trabalho e do custeamento na participação em cursos, eventos e *workshops* de interesse para empresa.

**12. DIRETORIA EXECUTIVA, CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL**

<b>Diretoria Executiva</b>
João Biral Júnior (Diretor Presidente)
Cleiverson Moraes Silveira (Diretor Administrativo Financeiro)
<b>Conselho de Administração</b>
Sergio Luiz Cequelin Filho (Presidente)
Alexandre Radtke
Fernanda Duarte Alves Fontana
Maria Izabel Batista Alabarces
Mosair Carlos Bertol
Ney Amilton Caldas Ferreira
Paulo Henrique Gulim Gomes
<b>Conselho Fiscal</b>
Marcelo Coser (Presidente)
Denize Aparecida Cabulon
Vinicius Luiz Gapski

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - em 31 de dezembro de 2022 e 31 dezembro de 2021 - em milhares de reais**

ATIVO	NE nr.	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO	NE nr.	31/12/2022	31/12/2021
<b>CIRCULANTE</b>		<b>224.833</b>	<b>166.889</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>111.141</b>	<b>107.776</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	185.915	148.030	Obrigações Sociais e Trabalhistas	18	263	326
Clientes	6	23.272	15.180	Fornecedores	19	3.313	4.737
Outros Créditos	8	2.137	91	Outras Obrigações Fiscais	20	1.440	3.579
Tributos Compensáveis	9	3.097	3.473	Encargos Setoriais a Pagar	23	1.404	300
Investimentos Temporários	10	10.295	-	Pesquisa e Desenvolvimento	22	1.467	975
Despesas pagas antecipadamente	11	117	115	Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	21	103.085	97.756
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>623.364</b>	<b>646.785</b>	Passivos de Arrendamento	17.2	169	103
Realizável a Longo Prazo		<b>80.811</b>	<b>80.170</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>771.897</b>	<b>746.843</b>
Tributos Federais a Restituir	13	1.301	1.301	Contas a Pagar Vinculadas à Concessão	21	771.102	746.843
Depósitos Judiciais	12	58	74	Passivo de Arrendamentos	17.2	795	-
Tributos Diferidos	14	71.094	70.437	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>(34.841)</b>	<b>(40.945)</b>
Adiantamento a Acionistas	7	8.358	8.358	Capital Social	26.1	35.503	35.503
<b>Imobilizado</b>	<b>15</b>	<b>345.813</b>	<b>359.431</b>	Ajustes de Avaliação Patrimonial	26.2	7.050	255
Intangível	16	195.778	207.056	Prejuízos Acumulados		(77.394)	(76.703)
Direitos de Uso de Ativo	17.1	962	127	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>848.197</b>	<b>813.674</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>848.197</b>	<b>813.674</b>				

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Valores expressos em milhares de reais)**

	NE nr.	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>35.503</b>	<b>255</b>	<b>(22.268)</b>	<b>(13.490)</b>	<b>13.490</b>
Prejuízo do Exercício 2021	-	-	(54.435)	(54.435)	(54.435)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>35.503</b>	<b>255</b>	<b>(76.703)</b>	<b>(40.945)</b>	<b>(40.945)</b>
Outros Resultados Abrangentes	-	6.794	-	6.794	6.794
Prejuízo do Exercício 2022	-	-	(690)	(690)	(690)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>35.503</b>	<b>7.050</b>	<b>(77.394)</b>	<b>(34.841)</b>	<b>(34.841)</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 - em milhares de reais**

	NE nr.	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receitas</b>			
Geração de energia, serviços e outras receitas	27	214.933	189.270
<b>Total</b>		<b>214.933</b>	<b>189.270</b>
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Encargos de uso da rede elétrica	28	(23.425)	(21.516)
Compra de Energia - MCP / CCEE	28	(60)	(23.978)
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	28	(7.562)	(3.450)
Material, insumos e serviço de terceiros	28 e 29	(17.949)	(12.131)
Outros insumos	28 e 29	(522)	(420)
<b>Total</b>		<b>(49.518)</b>	<b>(61.494)</b>
(=) Valor adicionado bruto		<b>165.416</b>	<b>127.776</b>
(-) Depreciação e amortização	15 e 16	(30.474)	(30.606)
(=) Valor adicionado líquido		<b>134.940</b>	<b>97.169</b>
(*) Valor adicionado transferido			
Receitas financeiras	30	19.067	14.119
Outras Receitas		235	10.887
<b>Total</b>		<b>19.302</b>	<b>25.006</b>
Valor adicionado a distribuir		<b>154.243</b>	<b>122.176</b>
Distribuição do valor adicionado			
<b>Pessoal</b>			
Remuneração e honorários	29	(3.474)	(3.248)
Planos previdenciários e assistencial	29	(252)	(232)
Benefícios	29	(381)	(355)
Encargos sociais - FGTS	29	(883)	(851)
<b>Governo</b>			
Federal		(17.632)	14.194
Estadual	29	(6)	(5)
Municipal	29	(26)	(26)
<b>Terceiros</b>			
Juros e variações monetárias	30	(132.169)	(186.007)
Arrendamentos e aluguéis	29	(111)	(81)
<b>Acionistas</b>			
Lucro (Prejuízo) do período		690	54.435
		690	54.435
		(154.243)	(122.176)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2022 - em milhares de reais****1. Contexto Operacional**

A ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021, Curitiba - PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL, a qual detém 70% (setenta por cento) do seu capital social. A Companhia foi constituída para implantação e exploração do CEFSC - Complexo Energético Fundão Santa Clara, localizado no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, abrangendo os municípios de Pinhão, Cândói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná. O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / PCH	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Revisão da Garantia Física (MW médios)
UHE - Santa Clara	120,168	60,8	62,1
UHE - Fundão	120,168	60,8	62,1
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,9	4,9
<b>Total</b>	<b>246,411</b>	<b>140,3</b>	<b>133,0</b>

Em 03 de maio de 2017, o Ministério de Minas de Energia publicou a Portaria MME nº 178, que tratou da Revisão Ordinária da Garantia Física (GF) das Usinas Hidrelétricas - UHEs, despachadas centralizadamente pelo Sistema Interligado Nacional - SIN, reduzindo a energia assegurada das usinas do CEFSC - Complexo Energético Fundão e Santa Clara.

Ato contínuo, em 13 de dezembro de 2017, a Companhia ingressou com Ação Ordinária nº 1018438-81.2017.4.01.3400, ajuizada junto a 18ª Vara da Justiça Federal do DF, pleiteando a nulidade da portaria. A Justiça, de forma liminar decidida pela manutenção da liquidação integral da GF das UHEs (135,4 MW médios) no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia). Em caso de decisão desfavorável a entidade sofrerá uma redução de 2,6 MW médios, com reflexos no período (01/01/2018 a 31/12/2022).

Em 30 de novembro de 2022, o Ministério de Minas de Energia publicou a Portaria nº 709/GM/MME, revisando novamente a GF das UHEs despachadas centralizadamente no SIN. Considerando as duas revisões a (GF) das UHE - Santa Clara e UHE - Fundão que originalmente era de 135,4 MWm, será reduzida para 128,1 MWm, perfazendo uma queda de 5,39% percento.

A Companhia estuda a contratação de escritório jurídico, visando a elaboração de tese específica para defesa dos interesses da Elejor e a sua representação judicial em ação a ser movida em face da União Federal, visando afastar suas UHEs dos efeitos da metodologia aplicada nesta última portaria.

**2. Concessão**

A exploração dos aproveitamentos hidrelétricos é regulada pelo contrato de concessão nº 125/2001, firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 25 de outubro de 2001, com prazo de 35 (trinta e cinco) anos, contados a partir da data de sua assinatura.

O prazo inicial de vigência do contrato de concessão sofreu dois aditamentos durante sua execução, como reparação dos impactos financeiros sofridos pelas geradoras de energia hidrelétrica denominado GSF (ou *Generation Scaling Factor*, na sigla em inglês), sendo que os novos prazos decorrem de legislação federal, com documentos de adesão firmado pela Companhia, junto ao agente regulador, estendendo os prazos conforme segue: Inicialmente, com a edição da Lei Federal nº 13.203/2015, a Companhia optou pela repactuação do risco hidrológico, manifestado no despacho nº 43 - SEM-SRG/ANEEL de 11 de janeiro de 2016, e primeiro aditivo contratual de 22 de agosto de 2017, o qual estendeu o prazo final da concessão que era 25 de outubro de 2036, para 28 de maio de 2037.

Ato seguinte, com a promulgação da Lei Federal nº 14.052/2020, a Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico, manifestado no Protocolo Digital Aneel nº 153 e 154, ambos de 30 de setembro de 2021, o qual estendeu em 1078 dias o prazo concessão da UHE Santa Clara, assim esta concessão encontra-se vigente até 10 de maio de 2040, enquanto estendeu em 1110 dias o prazo concessão da UHE Fundão estendendo o prazo de concessão até 10 de junho de 2040.

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos a Companhia realiza pagamentos de parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual proposto de R\$ 19.000.000 (dezenove milhões de reais). Estes pagamentos são realizados a título de UBP (Uso do Bem Público), tendo como data base maio de 2001, mês que antecedeu o leilão do CEFSC, e desde então é corrigido monetariamente com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

**3. Base de Preparação****3.1 Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Con-

selho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da foram autorizadas pela Administração em 31 de janeiro de 2023.

**3.2 Base de Mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

**3.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**3.4 Uso de Estimativas e Julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

**3.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional**

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade operacional. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

**4. Principais Políticas Contábeis****4.1 Instrumentos Financeiros**

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. A política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros é a IFRS 9. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e, (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Substituindo as categorias existentes anteriormente na IAS 39: Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda. A. Custo Amortizado (CA) Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando incorridos, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

B. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levada ao patrimônio líquido, enquanto os juros, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

C. Valor Justo por meio do Resultado (VJR) Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e as respectivas categorias originais de mensuração, determinadas de acordo com a IAS 39, e as novas categorias de mensuração de acordo com a IFRS 9:

Ativo	Categoria Original (IAS 39)	Novo Categoria (IFRS 9)
Caixa e Equivalentes de Caixa	Recebíveis	Custo Amortizado
Créditos a Receber	Recebíveis	Custo Amortizado
Passivo	Categoria Original (IAS 39)	Novo Categoria (IFRS 9)
Fornecedores	Outros Passivos	Custo Amortizado
Outras contas a Pagar	Outros Passivos	Custo Amortizado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

**Ativos Financeiros**

4.1.1 - Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 em milhares de reais**

		NE	01.01.22	01.01.21
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>				
(-) Custos Operacionais	27	194.052	171.263	171.263
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>(79.184)</b>	<b>(90.978)</b>	<b>(90.978)</b>
<b>OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS</b>		<b>114.868</b>	<b>80.285</b>	<b>80.285</b>
Despesas Administrativas	29	(6.613)	4.107	4.107
Outras Receitas	29	(6.848)	(6.780)	(6.780)
<b>LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS</b>		<b>108.255</b>	<b>84.392</b>	<b>84.392</b>
<b>RESULTADOS FINANCEIRO</b>		<b>30</b>	<b>(113.102)</b>	<b>(171.886)</b>
Receitas financeiras	30	19.069	14.119	14.119
Despesas financeiras	30	(132.171)	(186.007)	(186.007)
<b>PREJUÍZO OPERACIONAL</b>		<b>(4.847)</b>	<b>(87.496)</b>	<b>(87.496)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>4.157</b>	<b>33.061</b>	<b>33.061</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	14	5.226	34.353	34.353
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	14	(1.069)	(1.292)	(1.292)
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>(690)</b>	<b>(54.435)</b>	<b>(54.435)</b>
<b>PREJUÍZO POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS</b>		<b>(0,01)</b>	<b>(0,90)</b>	<b>(0,90)</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

**Passivos Financeiros e Instrumentos de Patrimônio**

4.1.2 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro. 4.1.3 - Outros passivos financeiros Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

**4.1.4 - Baixas de passivos financeiros**

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

**4.2 Imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo. Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base na vida útil, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revistas anualmente e ajustadas, caso necessário. Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

**4.3 Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização. 4.3.1 - Ativos financeiros Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis. 4.3.2 Ativos Não financeiros Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

**4.4 Provisões**

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou intangível em curso (distribuição).

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

**4.5 Receita de Contratos com Clientes**

As vendas da Companhia possuem duas estratégias: A primeira de suprimento, através da formalização de CCVEE (Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica) no ACL (Ambiente de Contratação Livre), acordos integralmente adimplentes no transcurso do exercício. A segunda, por intermédio da liquidação de energia descontratada no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia), sendo que, caso o montante da energia descontratada seja insuficiente para cobertura do fator GSF, a entidade realiza compra de energia na câmara para cumprimento dos seus contratos.

8. Partes Relacionadas

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo circulante</b>		
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
Copel Comercialização S.A.		1.128
<b>Ativo não circulante</b>		
<b>Controlador</b>		
COPEL Companhia Paranaense de Energia	5.851	5.851
<b>Acionista</b>		
Paineira Participações Ltda	2.508	2.508
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
Copel Distribuição S.A.	2.116	2.265
Copel Geração e Transmissão S.A.	1.131	994

Resultado

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
<b>Suprimento de Energia</b>		
Copel Comercialização S.A.	-	14.072
<b>Encargos de Transmissão e Conexão</b>		
Copel Distribuição S.A.	(23.425)	(21.516)
<b>Serviços de Operação e Manutenção</b>		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(11.636)	(10.831)
<b>Serviços de Planejamento Energético</b>		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(965)	(948)
<b>Serviços de Telecomunicações</b>		
Copel Telecomunicações S.A.	-	(115)

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, operação e manutenção, planejamento energético, telecomunicações, e encargos pelo uso do sistema de distribuição.

9. Outros Créditos

	Saldos em 31/12/2022	31/12/2021
Ordens de serviço - P & D *	1.934	-
Almoço de manutenção e operação	195	90
Adiantamento a fornecedores	8	1
	2.137	91

\* Ordens de serviço - P & D, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

10. Tributos Compensáveis

	Saldos em 31/12/2022	31/12/2021
IRPJ pago por estimativa	-	1.580
CSLL pago por estimativa	-	914
Imposto de Renda retido fonte	3.097	860
PIS e COFINS	-	119
	3.097	3.473

Os tributos IRPJ e CSLL pagos por estimativa durante o exercício 2020, foram ressarcidos pela Receita Federal do Brasil (RFB) em dezembro de 2022, em atendimento ao PER/DCCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação).

11. Investimentos Temporários

	Quantidade
31/12/2021	Reduções Certificadas de Emissões (RCE) Saldo Inicial (t) 674.701
	Vendas de Certificados RCEs 16.891
31/12/2022	Reduções Certificadas de Emissões (RCE) Saldo Final (t) 657.810

	Valores
31/12/2022	Reduções Certificadas de Emissões (RCE) Saldo Final (t) 657.810
	Marcação a Mercado do RCE Valor em US\$ 3,00
	Cotação US\$/R\$ 5,2170
31/12/2022	Reduções Certificadas de Emissões (RCE) Saldo Final em R\$ 10.295

A Companhia vendeu durante o 4º ITR 2022 16.891 toneladas (t) Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), emitidas pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), referentes a 4ª medição do Projeto nº 1279 nomeado Fundação Santa Clara Energetic Complex Project (FSCECP).

Essas vendas foram impulsionadas pela 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas, ocorrida em 18 de novembro de 2022 em Sharm El Sheikh, Egito, percebendo-se uma elevação nos preços do RCE que findaram o ano comercializados a US\$ 3,00 (três dólares) a (t).

Os investimentos temporários contemplam os RCEs que são "marcados a mercado", a administração pretende vender o saldo remanescente de 657.810 (t) durante o próximo exercício, visto que está contratando empresa acreditada pela ONU (Organização das Nações Unidas) junto à UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change) para validação da renovação do período de crédito do Projeto de Créditos de Carbono (PDD).

12. Despesas Pagas Antecipadamente

	Saldos em 31/12/2022	31/12/2021
Seguro das usinas	116	114
Seguro sede administrativa	1	1
	117	115

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos respectivos exercícios subsequentes. Sendo que, a Companhia possui Apólice de Seguro de Riscos Operacionais junto a Somp Seguros com vigência até 11 de março de 2023, a qual prevê o Limite Máximo de Garantia R\$ 302.616 mil.

13. Depósitos Diferidos

	Saldo em 31/12/2021	Valores em R\$ mil
(-) Ressarcimentos	-	74
	31/12/2022	(16)
		58

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.

14. Tributos Federais a Restituir

	Saldo em 31/12/2021	Valores em R\$ mil
	31/12/2022	1.301
		1.301

A Companhia impetrou o Auto nº 5078666-63.2019.4.04.7000, referente a Ação de Repetição de Indébito de valor pago a maior, na qual pleiteou a devolução de valores pagos à Receita Federal do Brasil a título de CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, neste momento a ação encontra-se em cumprimento de sentença favorável a empresa.

15. Tributos Diferidos

	31/12/2021	Reconhecidos no Resultado	Reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes	31/12/2022
<b>Ativo não circulante</b>				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	50.799	5.226	-	56.024
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	19.770	(1.069)	-	18.702
	70.569	4.157	-	74.726
<b>(-) Passivo não circulante</b>				
Efeitos do ICPC 36 - Instrumentos Financeiros - Créditos de Carbono	(132)	-	(3.500)	(3.632)
	(132)	-	(3.500)	(3.632)
Líquido apresentado no Balanço	70.437	4.157	3.500	71.094

Realização do Ativo Diferido Líquido

	Ativo	Passivo
31/12/2022		
2023	56.024	(3.632)
2024	1.068	-
2025	1.068	-
2026	1.068	-
2027 a 2029	3.204	-
2030 a 2032	3.204	-
2032 a 2034	3.204	-
2035 a 2037	3.204	-
2038 a 2040	2.662	-
	74.726	(3.632)

16. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução nº 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão, dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de utilização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Mutação

	31/12/2021	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	31/12/2022
<b>Em serviço</b>						
Reservatórios, barragens, adutoras	171.145	33.342	(10.616)	-	-	193.871
Máquinas e equipamentos	106.348	2.946	(7.178)	-	-	102.116
Estruturas	35.262	-	(2.097)	-	-	33.165
Terenos	14.971	623	(1.071)	-	-	14.523
Móveis e utensílios	131	12	(20)	-	-	123
	327.857	36.923	(20.983)	-	-	343.798
<b>Em curso</b>						
Custo	31.574	8.375	-	-	(37.934)	2.015
	31.574	8.375	-	-	(37.934)	2.015
	359.431	45.298	(20.983)	-	(37.934)	345.813

(\*) A Companhia realiza a depreciação da conta terrenos em observância ao Decre-

to 2003/96, bem como ao contrato de concessão nº 125/2001, o qual prevê que ao término do instrumento, todos os bens e instalações vinculados aos Aproveitamentos Hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da ANEEL.

17. Intangível

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, é a seguinte:

	Contrato de Concessão		Outros		Total
	em serviço	em curso	em serviço	em curso	
31/12/2021	203.994	-	3.062	-	207.056
Amortização UBP	(10.241)	-	-	-	(10.241)
Amortização GSF	(871)	-	-	-	(871)
Amortização - Outros	-	-	(166)	-	(166)
31/12/2022	192.882	-	2.896	-	195.778

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor-GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação através de extensão da concessão das outorgas vigentes aos titulares das usinas hidrelétricas por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação.

Em 1º de dezembro de 2020 foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico.

Em 14 de setembro de 2021 foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.932/2021, a qual definiu os prazos de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021. Sendo que para as usinas constantes do CEFSO foram estabelecidos os prazos de 1078 dias para a UHE Santa Clara e de 1110 dias para a UHE Fundão.

Em 20 de setembro de 2021 o Conselho de Administração da Companhia reuniu-se e aprovou por unanimidade a adesão à repactuação do Risco Hidrológico com Extensão de Outorga prevista na Lei nº 14.052/2020, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020 e Resolução Homologatória ANEEL nº 2.932/2021.

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia protocolou junto a ANEEL as cartas nº 153 e 154 formalizando o Termo de Aceitação que postergará o contrato de concessão da UHE Santa Clara até 10 de maio de 2040 e da UHE Fundão até 10 de junho de 2040, sendo que os valores reconhecidos se encontram destacados na rubrica aquisições.

18. Direito de Uso e Passivo de Arrendamento

A Companhia reconheceu Ativo de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento, conforme CPC 06 (R2), referente à locação de sua sede administrativa, conforme segue:

18.1 Direito de Uso de Ativo

	31/12/2021	Adições	Amortização	Baixas	31/12/2022
<b>Em serviço</b>					
Imóveis	127	1.063	(223)	(5)	962
	127	1.063	(223)	(5)	962

18.2 Passivo de Arrendamento

	Mutação 31/12/2021	Circulante	Não Circulante	Total
Contratações	103	-	-	103
Correções e Mensurações Subsequentes	234	936	-	1.170
Pagamentos	88	-	-	88
Transferências	(211)	-	-	(211)
Ajuste a valor presente	20	(20)	-	-
	(65)	(121)	-	(186)
31/12/2022	169	795	-	964

Realização do Passivo de Arrendamento

	Ano	Valor nominal	Valor presente
2023	2023	234	169
2024	2024	234	182
2025	2025	234	196
2026	2026	234	210
2027	2027	215	207
		1.151	964

19. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	Saldos em 31/12/2022	31/12/2021
Salários a pagar	6	7
Tributos retidos na fonte	110	100
Provisão de férias e 13º salário	147	219
	263	326

As obrigações sociais e trabalhistas contemplam os salários, honorários, bolsas auxílio, benefícios e encargos sociais dos empregados públicos, diretores e conselheiros estatutários e estagiários da Companhia.

19. Fornecedores

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Saldo 31/12/2022
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	2.116	-	-	-	-	2.116
Materiais e Serviços - Copel GET	1131	-	-	-	-	1.131
Materiais e Serviços	66	-	-	-	-	66
	3.313	-	-	-	-	3.313

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

20. Outras Obrigações Fiscais

	Saldos em 31/12/2022	31/12/2021
PIS e Cofins	992	890
Tributos retidos na fonte	194	1.822
Previdência Social INSS	238	853
FGTS	16	14
	1.440	3.579

A Companhia apura as contribuições sociais devidas ao PIS e a Cofins na modalidade não cumulativa para receitas decorrentes de CCVEE firmados no ACL. Enquanto, para as receitas decorrentes da liquidação de energia no âmbito da CCEE aplica-se o regime cumulativo.

21. Contas a Pagar Vinculadas à Concessão

Pagamento à União:

Pela exploração dos aproveitamentos hidrelétricos do CEFSO a Companhia efetuará o pagamento do UBP (Uso do Bem Público) em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000.000 (dezenove milhões de reais), conforme estabelecido na Cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/01 firmado em 25 de outubro de 2001. O pagamento do UBP é alterado anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente do UBP equivale a 0,8735% a.m., taxa arbitrada desde o reconhecimento da concessão durante a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS), não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção anual
UHE Santa Clara	23/10/2001	25/10/2001	10/05/2040	11,00% a.a.	IGPM
UHE Fundão	23/10/2001	25/10/2001	10/06/2040	11,00% a.a.	IGPM

Mutação

	31/12/2021	31/12/2022
<b>Ativo não circulante</b>		
Ajuste a valor presente	29.588	844.599
Variação monetária	102.528	102.528
Pagamentos	(102.528)	(102.528)
	31/12/2022	874.187

	Ano	Valor nominal	Valor presente
2023	2023	109.030	103.085
2024	2024	109.030	92.869
2025	2025	109.030	83.666
2026	2026	109.030	75.375
2027	2027	109.030	67.905
2028	2028	109.030	61.176
2029	2029	109.030	55.111
Totais		1.917.125	874.187

Em 30 de setembro de 2021 a Companhia protocolou o Termo de Aceitação decorrente da Lei nº 14.052/2020, Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020 e Resolução Homologatória ANEEL nº 2.932/2021, que tratam da repactuação do Risco Hidrológico com Extensão de Outorga da UHE Santa Clara até 10 de maio de 2040 e da UHE Fundão até 10 de junho de 2040, conforme detalhado na NE nº 15. Assim, o valor presente da dívida com a extensão da concessão referentes aos pagamentos do UBP (Uso do Bem Público) foram reconhecidos na rubrica Adições - Extensão da Concessão.

22. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08. Ainda, o Despacho ANEEL nº 904/2021 determinou o recolhimento à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) dos valores referentes aos saldos não comprometidos com os passivos, na data base de 31 de agosto de 2020, e o estabelecimento do percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025. Neste caso, as empresas não relacionadas nesse Despacho (caso da Elejor), e que possuem a obrigação legal de investimentos em projetos de P&D, deverão informar sua situação à CCEE para recolhimento do percentual fixo de 30% sobre a receitas devidas aos programas de P&D.

	Mutação 31/12/2021	Circulante FNDC	Circulante MME	Circulante P&D	Total
Constituições	109	54	812	975	
Juros Selic	742	372	742	1.856	
Recolhimentos	(742)	(371)	(28)	(1.141)	
Repasse - Despacho 904/21 ANEEL	-	-	(223)	(223)	
31/12/2022	109	55	1.303	1.467	

23. Encargos Setoriais a Pagar

	Encargos Setoriais	Saldos em 31/12/2022	31/12/2021
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos		1.404	300
		1.404	300

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inunção de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

24. Benefício Pós Emprego

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica e odontológica, designado Plano Prosaúde III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

24.1 Plano de Benefício Previdenciário

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável - CV.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada a IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

24.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosaúde III. Este plano não prevê participação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumidos:

	Mutação 31/12/2021	Circulante	Não Circulante	Total
Contribuições previdenciárias e assistenciais	-	575	-	575
Amortizações	-	(575)	-	(575)
	31/12/2022			

25. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 25 que trata das Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo que as provisões são reconhecidas no Balanço Patrimonial quando é provável a saída de recursos decorrentes de eventos passados.

O departamento jurídico emitiu relatório onde constam todos os processos judiciais da Companhia, tanto como polo ativo quanto passivo, e, em nenhum dos processos foi anotado "risco provável", motivo pelo qual a administração não reconheceu provisões nestas demonstrações financeiras.

A seguir apresenta-se de forma detalhada os processos de litígios registrados no relatório jurídico classificados como "risco possível", e adicionalmente os valores de pass

nistração e da Diretoria Executiva na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da empresa.  
A Elejor é comprometida com o desenvolvimento sustentável, através do equilíbrio entre os aspectos econômicos, financeiros, ambientais e sociais, com o intuito de aprimorar o relacionamento com os nossos acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e demais "stakeholders".

### 33. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão restritos à Caixa e equivalentes, Clientes e Fornecedores.

	NE	31/12/2022		31/12/2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Valor Justo por meio do Resultado</b>					
Caixa e bancos contas movimento	5	19	19	991	991
Aplicações financeiras	5	185.896	185.896	147.039	147.039
<b>Custo Amortizado</b>					
Clientes	6	23.272	23.272	15.180	15.180
<b>Total dos ativos financeiros</b>		<b>209.187</b>	<b>209.187</b>	<b>163.210</b>	<b>163.210</b>

Os ativos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação destes.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

### Resumo das aplicações financeiras de curto prazo:

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	31/12/2022	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	08/02/2022	13/01/2027	Custo amortizado	2.280	2.280
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	09/03/2022	11/02/2027	Custo amortizado	20.133	20.133
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	11/03/2022	12/02/2027	Custo amortizado	365	365
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	07/04/2022	12/03/2027	Custo amortizado	327	327
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	08/04/2022	12/03/2027	Custo amortizado	22.089	22.089
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	09/05/2022	13/04/2027	Custo amortizado	19.314	19.314
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	11/05/2022	15/04/2027	Custo amortizado	432	432
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	07/06/2022	12/05/2027	Custo amortizado	557	557
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,50	08/06/2022	12/05/2027	Custo amortizado	19.764	19.764
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	08/07/2022	11/06/2027	Custo amortizado	18.928	18.928
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	08/07/2022	11/06/2027	Custo amortizado	700	700
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	08/08/2022	13/07/2027	Custo amortizado	15.434	15.434

CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	10/08/2022	14/07/2027	Custo amortizado	459	459
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	06/09/2022	11/08/2027	Custo amortizado	488	488
CDB - Caixa Econ.Fed.	96,00	09/09/2022	13/08/2027	Custo amortizado	15.262	15.262
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	10/10/2022	14/09/2027	Custo amortizado	14.634	14.634
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	11/10/2022	15/09/2027	Custo amortizado	1.378	1.378
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	09/11/2022	14/10/2027	Custo amortizado	13.670	13.670
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	10/11/2022	15/10/2027	Custo amortizado	1.128	1.128
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	10/11/2022	14/10/2027	Custo amortizado	753	753
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	08/12/2022	12/11/2027	Custo amortizado	9.548	9.548
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	09/12/2022	12/11/2027	Custo amortizado	5.951	5.951
CDB - Caixa Econ.Fed.	101,00	20/12/2022	24/11/2027	Custo amortizado	2.279	2.279
					<b>185.896</b>	<b>185.896</b>

### 34. Eventos Subsequentes

A diretoria declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do período que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

<b>JoBiral Junior</b> Diretor Presidente	<b>Cleverson Moraes Silveira</b> Diretor Administrativo Financeiro	<b>Fernando Souza Ribeiro</b> Contador CRC/PR: 024544/O-3
---	---	--

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Conselheiros da ELEJOR CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A Curitiba PR

**Opinião**  
Examinamos as demonstrações contábeis da ELEJOR CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A, as quais compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada pela administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. A fim de formar uma opinião, avaliamos se a DVA está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a DVA foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, temos a responsabilidade de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, com o conhecimento obtido durante a auditoria ou, de outra forma, se aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, devemos comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando; divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional; e usar dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Temos o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis citadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissio-

nal ao longo do processo. Além disso:  
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;  
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;  
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações feitas pela administração;  
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;  
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.  
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante este trabalho.

Barueri, 31 de janeiro de 2023.  
**RUSSELL BEDFORD GM**  
**AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
2 CRC RS 5.460/O-0  
Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3  
Sócio Responsável Técnico

## PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2022

Os membros do Conselho Fiscal da ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S/A, abaixo assinados, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado, as notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidas ao longo do exercício, nos esclarecimentos prestados pela administração, e considerando ainda o relatório da Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, emitido em 31/01/2023, sem ressalvas, os conselheiros fiscais DECLARAM que não tiveram conhecimento de nenhum ato, fato ou evidência que não esteja refletido nas Demonstrações Financeiras e OPINAM que o Relatório Anual da Administração e as referidas demonstrações estão em condições de serem submetidas a Assembleia de Acionistas para as devidas deliberações.

Curitiba, PR, 28 de fevereiro de 2023.  
**MARCELO COSER** Presidente  
**VINICIUS LUIZ GAPSKI** Conselheiro  
**DENIZE APARECIDA CABULON GRAÇA** Conselheiro  
**Observação:** Este parecer é parte integrante da Ata da 123ª Reunião do Conselho Fiscal realizada em 28 de fevereiro de 2023.

# Faça suas publicações legais no DI&C.

## A transparência é total e a cobertura é perfeita.

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: [https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes\\_Legais](https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais)



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/48B1-E81F-C651-97CA> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 48B1-E81F-C651-97CA



### Hash do Documento

3FA2E346DC193BA882CD1068F1C14121954FE74FF4C18D77EF15918B2393D6D8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 14/04/2023 é(são) :

- Odone Fortes Martins (Signatário - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA) - 027.836.579-53 em 14/04/2023 09:21 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - 09.570.162/0001-30

